

Alerta Legislação nº 38, de 18 a 23 set. 2017

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 1304, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017**
(Projeto de lei complementar nº 18, de 2017)
Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Prefeitura de São Paulo

- **DECRETO Nº 57.898, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**
Introduz alterações no [Decreto nº 57.639, de 31 de março de 2017](#), que dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autarquias e Fundações no ano de 2017.
Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 23/09/2017, p. 1

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
22/09/2017	<u>LEI Nº 13.483, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017</u> Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990 , 9.365, de 16 de dezembro de 1996 , 10.893, de 13 de julho de 2004 , e 10.849, de 23 de março de 2004 ; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 9.158, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017</u> Regulamenta a prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica abrangidas pelo art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 , e dá outras providências.
21/09/2017	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 801, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União realizadas com fundamento na Lei

	<p>Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e sobre a realização de termos aditivos a contratos de refinanciamento celebrados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.</p> <p><u>LEI Nº 13.482, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para estabelecer a obrigatoriedade de divulgação dos valores arrecadados do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e do quantitativo e da destinação dos valores arrecadados ao Fundo da Marinha Mercante (FMM).</p>
20/09/2017	<p><u>DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 2017</u> Institui o Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies e estabelece competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação vinculada aos contratos com instituições financeiras no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.</p>
19/09/2017	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 800, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017</u> Estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO DE 18 DE SETEMBRO DE 2017</u> Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social de instituição financeira a ser constituída pelos Grupos Hyundai e Santander.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 51, DE 2017</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 793, de 31 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de agosto do mesmo ano, que "Institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017 Senador EUNÍCIO OLIVEIRA Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2017</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de</p>

[2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 792, de 26 de julho de 2017](#), publicada

no Diário Oficial da União do dia 27 do mesmo mês e ano, que "Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 791, de 25 de julho de 2017](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 26 do mesmo mês e ano, que "Cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 790, de 25 de julho de 2017](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera o [Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967](#) - Código de Mineração, e a [Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978](#), que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 47, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 789, de 25 de julho de 2017](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera a [Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989](#), e a [Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990](#), para dispor sobre a

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 788, de 24 de julho de 2017](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 25 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a restituição de valores creditados em instituição financeira por ente público em favor de pessoa falecida", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 787, de 24 de julho de 2017](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 25 do mesmo mês e ano, que "Autoriza a desapropriação, em favor da União, do imóvel que especifica, localizado no Município de João Neiva, Estado do Espírito Santo", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 786, de 12 de julho de 2017](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 13 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a [Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007](#), que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a [Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012](#), que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de setembro de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

	Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Estabelecer os procedimentos para a comercialização das substâncias sujeitas a controle especial, quando destinadas ao uso veterinário, relacionadas no Anexo I desta Instrução Normativa, e dos produtos de uso veterinário que as contenham. (...)</p>
Ministério da Cultura (MinC)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 78, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos e sobre o Comitê de Governança, Riscos e Controles da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.</p>
Ministério da Defesa (MD)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 37/MD, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a indenização aos cofres públicos, em ressarcimento de despesas efetuadas pela União com a preparação, formação ou com a realização de cursos ou estágios por militares das Forças Armadas.</p>
Ministério da Fazenda (MF)	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.848, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017</u> Estabelece os procedimentos para o cálculo dos Fatores de Ponderação de Risco (FPRs) aplicáveis às exposições a títulos de securitização para fins de apuração do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.848, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017</u> Estabelece os procedimentos para o cálculo dos Fatores de Ponderação de Risco (FPRs) aplicáveis às exposições a títulos de securitização para fins de apuração do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.737, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro aplicáveis às remessas internacionais, e altera a Instrução Normativa RFB nº 1.059, de 2 de agosto de 2010, que dispõe sobre os procedimentos de controle aduaneiro e o tratamento tributário aplicáveis aos bens de viajante.</p>

<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 791, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Altera o art. 5º da Portaria nº 362, de 1º de março de 2016, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre critérios e os procedimentos a serem observados para pedidos de credenciamento, seu processamento, manutenção, cancelamento e perda de qualificações e autorizações de funcionamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, no âmbito das competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.349, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017.</u> Aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2017, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017</u> Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 177, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Paraquate em produtos agrotóxicos no país e sobre as medidas transitórias de mitigação de riscos.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 176, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Altera a RDC n. 61 de 3 de fevereiro de 2016, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 175, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 174, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a atualização da lista de antimicrobianos registrados na Anvisa.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 173, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, do mercúrio e do pó para liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em Odontologia</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 559, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017</u> Institui o Sistema de Gestão do Cartão Reforma (SisReforma) e aprova o Manual de seleção, contratação e execução do Programa Cartão Reforma.</p>

<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 372, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Reconhecer a necessidade de importação de energia elétrica da República Argentina e da República Oriental do Uruguai, de forma excepcional e temporária até 31 de dezembro de 2018, e de ampliar as possibilidades dessas importações: (...)</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>21/09/2017</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.305, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017</u> Altera dispositivos do Decreto-lei nº 260, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)</p>	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS 38, DE 14-09-2017</u> Dispõe sobre a alteração de carga horária de docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps</p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 41, DE 22-9-2017</u> Institui o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, na rede estadual de ensino de São Paulo, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE-39, DE 19-9-2017</u> Dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saesp/2017</p>
<p>Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)</p>	<p>COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER (CEL) <u>PORTARIA G.CEL 37, DE 20-9-2017</u> Regulamento dos Jogos Abertos do Interior “Horácio Baby Barioni”</p>

<p>Fazenda (SF)</p>	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>DECISÃO NORMATIVA CAT 04, DE 20-09-2017</u> ICMS - Operações com <i>software</i> por meio de transferência eletrônica de dados (<i>download</i> ou <i>streaming</i>) - Incidência</p> <p>SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p>
<p>Governo (SG)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SG-44, DE 19-9-2017</u> Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de promover estudos e propor medidas visando à instituição do Projeto Livro Digital</p> <p>→ Departamento de Recursos Humanos <u>COMUNICADO</u> O Departamento de Recursos Humanos, em cumprimento da determinação do Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública, da comarca da Capital, referente à Ação Civil Pública 0120240-15.2007.8.26.0053, torna público o dispositivo da sentença e sua confirmação em segundo grau de jurisdição, conforme segue. A parte dispositiva da sentença é a seguinte: "Posto isto, julgo procedente a ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo em face do Estado de São Paulo para o fim de, declarando-se <i>incidenter tantum</i> a incidência do arts. 130 (com a ressalva quanto ao tempo de serviço prevista no art. 129 da Magna Carta do Estado de São Paulo) e 209, ambos da Lei Estadual n. 10.261/68, c.c. art. 205 da Lei Complementar Estadual n. 180/78 e art. 129 da Lei Magna do Estado de São Paulo, às relações jurídicas existentes entre a ré e os servidores públicos estaduais admitidos na forma da Lei Estadual n. 500/74, condenar a ré a: (i) proceder ao exame, de ofício e desde o início de vigência da Lei Complementar Estadual n. 180/78, dos períodos aquisitivos para a verificação dos requisitos dos arts. 209 e 210, ambos também da Lei Estadual n. 10.261/68, visando à concessão àqueles mesmos servidores públicos da(s) licença(s)-prêmio a que possam fazer jus, determinando o gozo oportuno segundo a oportunidade e a conveniência públicas, além do apostilamento dos títulos; (ii) conceder aos mesmos servidores públicos aludidos a sexta-parte de seus vencimentos, observado a respeito o exposto na fundamentação deste <i>decisum</i> sobre o alcance de tal termo (?vencimentos?), com apostilamento, fazendo-se, de ofício e para tanto, o exame do período aquisitivo pertinente (ainda que anterior a 1989) para fins de apuração do direito ao benefício e com início a partir de então seu pagamento, bem como para pagar, sob forma de precatório ou requisição de pequeno valor (conforme o quantum devido) as prestações vencidas anteriormente desde a data em que se implementou o período vintenário aquisitivo, observada em cada caso como termo a <i>quo</i> esta mesma data e o prazo prescricional quinquenal, com acréscimo de correção monetária a contar da data de exigibilidade de cada prestação e de juros de mora (6% ao ano a contar da data da citação para cumprimento); e (iii) indenizar os servidores públicos em questão das licenças prêmio não</p>

	<p>gozadas em função de aposentadoria na forma da fundamentação a este respeito anteriormente expandida. O acórdão proferido no processo 9066445-32.2009.8.26.0000 diz o seguinte: "Julgado. Reduziram, de ofício, a condenação, de modo que ela beneficie apenas os servidores hipossuficientes, negaram provimento ao recurso da autora, e deram parcial provimento aos recursos oficial e da Fazenda do Estado para excluir o período de 1.8.1978 a 4.10.1988 do cômputo dos blocos de licença-prêmio e determinar a aplicação da Lei 11.960/09 no tocante aos juros e à correção monetária nos termos expostos, mantida no mais, a r. sentença. V.U."</p>
<p>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO DE 18-9-2017</u> SJDC 20 Processo SJDC 00390/2011 – SPDOC 15222/2011 Aprova o regimento Interno do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – Coned</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 108, DE 20-9-2017</u> Classifica a função de serviço público que especifica para fins de atribuição de gratificação "pro-labore" e dá outras providências</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 81, DE 20-9-2017</u> Constitui Grupos Técnicos de Ações de Saúde – GTAS, para acompanhamento de Políticas Públicas específicas para segmentos da população do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS – 80, DE 20-9-2017</u> Institui Grupo de Trabalho para promover a atualização do Protocolo Nutricional para Pessoas com Fibrose Cística do Programa Nacional de Triagem Neonatal no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS – 79, DE 20-9-2017</u> Institui Grupo Técnico Operacional para promover a implantação da Triagem Auditiva do Programa Nacional de Triagem Neonatal no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS – 78, DE 20-9-2017</u> Institui o Grupo de Trabalho para a elaboração do Protocolo de Diretrizes do Tratamento com a Imunoglobulina Humana para Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS – 77, DE 20-9-2017</u> Institui Grupo de Trabalho para Elaboração do Protocolo de Diretrizes do Diagnóstico, Seguimento e Tratamento da Epidermólise Bolhosa (EB) e outras Genodermatoses do Programa Nacional de Triagem Neonatal e de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras e dá outras providências.</p>

Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
22/09/2017	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 885, DE 2017</u> Mensagem A-nº 95/2017 do Senhor Governador do Estado (...) Autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso de parte do bem imóvel que especifica à Federação Espírita do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. (...) DOE, Legislativo, 22/09/2017, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 884, DE 2017</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Pedranópolis como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 22/09/2017, p. 9</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2017</u> Insere inciso VII ao art. 141 da Resolução nº 576, de 26/06/1970, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 22/09/2017, p. 9</p>
21/09/2017	<p>LEIS COMPLEMENTARES <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1304, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017</u> (Projeto de lei complementar nº 18, de 2017) Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 2017</u> Mensagem A-nº 93/2017 do Senhor Governador do Estado (...) De minha iniciativa, o projeto altera dispositivos do Decreto-lei nº 260, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 21/09/2017, p. 12</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 703, DE 2016</u> Mensagem A-nº 92/2017 do Senhor Governador do Estado (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Coronel PM Gerson Vitória", à Base de Radiopatrulha Aérea da Polícia Militar, em Campinas. (...) DOE, Legislativo, 21/09/2017, p. 12</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 641, DE 2016</u></p>

	<p>Mensagem A-nº 91/2017 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a propositura institui a "Casa do Adolescente Itinerante", define seus objetivos, conceitua seus beneficiários e traça regras correlatas voltadas à sua implantação. (...) DOE, Legislativo, 21/09/2017, p. 12</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 881, DE 2017</u> Mensagem A-nº 94/2017 do Senhor Governador do Estado (...) Institui, na Secretaria de Governo, o Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado - FEARQ e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 21/09/2017, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 879, DE 2017</u> Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a utilizar e ceder os ônibus escolares no período de férias escolares para atividades culturais e desportivas. DOE, Legislativo, 21/09/2017, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2017</u> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Araçatuba. DOE, Legislativo, 21/09/2017, p. 12</p>
<p>20/09/2017</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 2017</u> Altera a Lei Complementar nº 669/91, que instituiu o adicional de local de exercício (ALE) a integrantes do Quadro do Magistério. DOE, Legislativo, 20/09/2017, p. 12</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 872, DE 2017</u> Dispõe sobre as normas para divulgação das taxas de juros do comércio nas vendas a prazo e no crédito ao consumidor. DOE, Legislativo, 20/09/2017, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 871, DE 2017</u> Dispõe sobre políticas de educação especial para a Educação Inclusiva a alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos de Espectro Autista e de Altas Habilidades na rede estadual de ensino. DOE, Legislativo, 20/09/2017, p. 13</p>
<p>19/09/2017</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 868, DE 2017</u> Regulamenta a colocação de placas informativas em todas as obras públicas realizadas no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 19/09/2017, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 867, DE 2017</u> Institui a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas</p>

	(ONU) como diretriz de políticas públicas no âmbito do Estado de São Paulo, cria Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. DOE, Legislativo, 19/09/2017, p. 13
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
23/09/2017	<p>DECRETO Nº 57.898, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017 Introduz alterações no Decreto nº 57.639, de 31 de março de 2017, que dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autarquias e Fundações no ano de 2017. Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 23/09/2017, p. 3</p> <p>DECRETO Nº 57.895, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017 Ratifica o Estatuto da São Paulo Negócios – SP Negócios. Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 23/09/2017, p. 1</p> <p>DECRETO Nº 57.892, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017 Regulamenta a Lei nº 16.585, de 8 de dezembro de 2016, que dispõe sobre diretrizes de segurança eficiente a serem observadas nas passarelas de pedestres construídas e mantidas pelo Município de São Paulo. Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 23/09/2017, p. 1</p>
22/09/2017	DECRETO Nº 57.889, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 Dispõe sobre o compartilhamento de bicicletas em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.
19/09/2017	DECRETO Nº 57.875, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017 Regulamenta a Lei nº 16.694, de 11 de agosto de 2017 , que autoriza o Executivo a realizar o pagamento de indenização em caso de morte ou de incapacidade permanente para o trabalho, total ou parcial, de integrante da Guarda Civil Metropolitana ou, alternativamente, a contratação de seguro destinado a essa finalidade, nas situações, forma e condições que especifica.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107